



A Queda do Estado Novo na Revista *O Cruzeiro* (entre Novembro e Dezembro de 1945)¹

Mateus DALMÁZ²
Centro Universitário UNIVATES - RS

Resumo

A revista *O Cruzeiro* não foi apenas um importante periódico para a história do jornalismo brasileiro. Também adquiriu relevância pelo conteúdo de suas matérias, particularmente no campo político. Identificada com o projeto liberal de desenvolvimento econômico e de política externa assumido pelo Brasil no início do governo Dutra (1946-1950), a revista criticou negativamente o projeto nacionalista anterior e seu principal líder político, o presidente Getúlio Vargas, que recém se retirava do poder após quinze anos. É a análise do conteúdo crítico das matérias em relação a Vargas e ao nacionalismo, nos últimos meses do Estado Novo (1937-1945), que se constitui no objetivo deste artigo, contrastando o tom liberal do semanário com o perfil autoritário do regime controlado por Vargas (1930-1945).

Palavras-chave: O Cruzeiro; Estado Novo; Getúlio Vargas; Liberalismo; Autoritarismo.

Ele queria 48 horas para arrumar tudo. Recolher os objetos pessoais e fazer as malas. Estava com sono, era quase meia-noite e o general Cordeiro de Farias acabara de informá-lo sobre a decisão da cúpula militar de depô-lo do cargo de presidente. O prazo solicitado foi concedido. Getúlio Vargas, então, dirigiu-se à família, que o aguardava na sala do Palácio Guanabara, e comunicou que, daquele momento em diante, o regime político por ele comandado estava acabado. Era a noite de 29 de outubro de 1945 e, com ela, também se encerravam os últimos momentos do Estado Novo.

Foi assim, com riqueza de detalhes, que a revista *O Cruzeiro* estampou em suas páginas uma matéria dando conta da queda de Getúlio Vargas, exatos oito anos após o manifesto à nação que implantou a ditadura no país³. Ao longo dos meses de novembro e dezembro de 1945, isto é, no período entre o final do Estado Novo e a eleição do general Eurico Gaspar Dutra, o sucessor de Getúlio para o quinquênio seguinte, o periódico publicaria críticas extremamente hostis ao ditador e ao seu regime político. O conteúdo dos argumentos contrários a Vargas atacaram os pontos nevrálgicos das teses daqueles que, por décadas, defenderam a implantação de um Estado autoritário no Brasil e que apoiaram a escalada centralizadora de Getúlio ao longo dos anos 1930 e 40.

¹ Trabalho apresentado no DT – Estudos Interdisciplinares do XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul realizado de 31 de maio a 2 de junho de 2012.

² Doutorando do Curso de História da PUCRS, e-mail: mateusdalmaz@gmail.com

³ NASSER, David. O Fim. *O Cruzeiro*. 10/11/1945, Ano XVIII, N.3, p. 34-35.



São as concepções de autores como Oliveira Viana, Francisco Campos, Almir de Andrade e Azevedo Amaral, cuja importância na história do pensamento político brasileiro reside justamente na visão autoritária de Estado, que sofreram críticas da revista ao longo de todo o período democrático que viria a seguir, entre 1945 e 1964, e especialmente nos dois meses aqui assinalados⁴.

A proposta deste estudo é analisar não apenas o conteúdo das matérias de *O Cruzeiro* que, entre novembro e dezembro de 1945, teceram argumentos contrários ao Estado Novo e à figura política de Getúlio Vargas, como também compará-las com as idéias de um dos intelectuais de pensamento autoritário que colaborou diretamente com o regime de 1937. Trata-se de Francisco Campos, cujas obras, participação no alto escalão do governo Vargas e elaboração da Constituição de 1937 o classificam como um dos principais apoiadores do Estado Novo⁵. No livro *O Estado Nacional*, publicado em 1939, Campos revela, através de uma coletânea de discursos, entrevistas e conferências (relativos ao período 1935-1939), uma série de justificativas e avaliações do Estado autoritário, em geral, e do Estado Novo, em particular⁶. As matérias do periódico, por sua vez, criticam o modelo político autoritário a partir de dois eixos temáticos: chefe político e democracia. O que se examinará, portanto, é a comparação entre os argumentos pró e anti-Estado Novo, de Francisco Campos e de *O Cruzeiro*, respectivamente, em relação aos dois temas acima expostos.

O chefe político

Não era uma revista qualquer que, oito anos após a implantação do Estado Novo, expunha uma imagem negativa de Getúlio Vargas. Entre as décadas de 1940 e 50, *O Cruzeiro* atingiu o primeiro lugar no país em tiragem e circulação. Lançada em novembro de 1928, estreou circulando simultaneamente em grandes cidades do Brasil (as principais capitais) e do exterior (Buenos Aires e Montevideú). À tiragem modesta

⁴ Conforme Bolivar Lamounier, “é (...) na obra de Alberto Torres, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, para mencionar apenas alguns de seus representantes mais notáveis, que a tradição de pensamento autoritário adquire uma configuração específica” (2006, p. 371).

⁵ Sobre a carreira jurídica, política e intelectual de Francisco Campos: formação em direito (1914), deputado estadual (1917), federal (1921), ministro da educação e da saúde (1930-32), ministro da justiça (1937-42), principal autor da Constituição de 1937, integrante da Comissão Revisora do Código Penal de 1940, da Comissão Jurídica Interamericana (1943-55) e da elaboração do AI-1 (1964) e AI-2 (1965). Publicações: *A Doutrina da População* (1916), *Natureza Jurídica da Função Pública* (1917), *Pela Civilização Mineira* (1930), *O Estado Nacional* (1939) e *Educação e Cultura* (1940).

⁶ CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.



dos primeiros anos do semanário (cerca de 17.000 exemplares nos anos 1930) se contrapõe uma impressionante expansão: cerca de 350.000 no final da década de 1940 e 650.000 no decênio seguinte (Mehrer, 2007, p. 32). Entre as razões de sua grande tiragem e circulação está o fato do periódico ter feito parte dos Diários Associados, o conglomerado de veículos de comunicação comandado por Assis Chateaubriand. Formado em direito, o paraibano teve sua trajetória profissional associada ao jornalismo desde os anos 1910, no nordeste, até seu estabelecimento definitivo no sudeste do país a partir da década de 1920. A gradual aquisição de periódicos, emissoras de rádio e canais de televisão por parte de Chatô, como ficou conhecido, fez surgir o grupo dos Associados, que

No final da década [de 1950], (...) contava com 36 emissoras de rádio, 34 jornais e 18 canais de televisão. O capital dessas empresas era nacional, porém as marcas de dependência podem ser encontradas tanto na importação da tecnologia (técnicas de impressão, maquinário), como nos próprios conteúdos, na medida em que, através principalmente da publicidade, veiculavam padrões de comportamentos externos (Mehrer, 2007, p. 34).

Graças ao forte amparo político e econômico dos Diários Associados, a revista pôde transitar de um padrão jornalístico tradicional, com amplo espaço literário e textual, para uma fase de inovações tecnológicas a partir dos anos 1940, marcada pela diversificação de temas, impressão em papel de qualidade superior, com alta resolução gráfica e maior nitidez, além de contar com farto conteúdo fotográfico, dando origem às fotorreportagens:

Jamais houvera em toda América do Sul uma publicação com tal apuro gráfico. Com enorme tiragem e comparado a *The Saturday Evening Post* e ao *Ladie's Home Journal*, dos Estados Unidos, O Cruzeiro inovava também no conteúdo editorial, abrangendo enorme diversidade de assuntos. Era impresso em ótimo papel e a diagramação obedecia a um critério de grande audácia e beleza, com lindas lustrações, desenhos e fotografias. O texto era habilmente copidescado e as matérias não apresentavam cortes ou continuações (NETTO, 1998, p. 37).

Pode-se afirmar, assim, que “o campo (da reportagem) ‘... foi dominado pelo *O Cruzeiro*, cujos repórteres e fotógrafos constituíam uma espécie de elite profissional da época – verdadeiros cavaleiros andantes em busca do Santo Graal da Sensação, indo buscar assunto na fonte, em qualquer ermo do Brasil e do mundo” (Mehrer, 2007, p. 23). *O Cruzeiro* também marcou época pela reunião de grandes nomes do jornalismo,



da fotografia, da literatura e da ilustração⁷. O rol diversificado de profissionais acentua a importância do periódico para a história do jornalismo brasileiro.

Pois é justamente um de seus jornalistas mais conhecidos, David Nasser, que expôs uma imagem negativa do chefe político do recém extinto Estado Novo, em novembro de 1945. Sob o título “O Fim”, após escrever uma narrativa detalhada da deposição de Vargas no Palácio Guanabara, evento comentado no início deste artigo, Nasser prossegue a exposição minuciosa dos últimos momentos da ditadura varguista: “Adão, velho camareiro que desde 1930 servia o Presidente, é um velho de quase 80 anos. Chorava. O Sr. Getúlio Vargas, que foi um mau presidente, conseguia, entretanto, cativar a simpatia dos seus” (10/11/1945, p. 34). Por mais descritiva que fosse a matéria, o jornalista não deixou de expressar um tom opinativo sobre Getúlio Vargas, avaliado por ele como tendo sido um “mau presidente”, desprovido de boas intenções.

A dupla David Nasser e Jean Manzon, responsável por inúmeros textos e imagens publicados na revista, voltou a criticar o ex-presidente no mês seguinte. Desta vez, Vargas e seu perfil autoritário eram acusados de serem responsáveis pelo abandono dos ideais da Revolução de 1930:

Vivíamos o ano cândido de 1930. O minuano da revolução chegara do sul. E com ele, um capitão de gaúchos, ousado e sorridente. Seu nome era um símbolo. Sua palavra, uma esperança de melhores dias. Desceu do cavalo, entrou no palácio, pendurou o chapéu de abas largas no cabide do salão e nesse mesmo gesto desfez-se das promessas feitas, das garantias e dos projetos de felicidade para um povo. (...) Quinze anos – quinze longos anos, senhores! – A negra cartola ali se manteria, numa firmeza ditatorial” (Uma Cartola e Seis Destinos, 29/12/1945, p. 9).

A matéria associa o movimento político de 1930 a intenções liberais-democráticas, focadas na derrubada de oligarquias regionais do poder em favor de um regime nacionalmente democrático. Os autores parecem revelar uma concepção liberal clássica de democracia, segundo a qual o sufrágio universal assegura a vontade da maioria. E

⁷ Tais como José Amádio, Accioly Netto, Eugenio Silva, João Martins, David Nasser, Jean Manzon, Mario de Moraes, Arlindo Silva, Jorge Ferreira, Odorico Tavares (jornalistas), Eduardo Keffel (fotógrafo), Gustavo Cardoso, Menotti Del Pichia, Viriato Correa, Manuel Bandeira, Humberto de Campos, Guilherme de Almenida, Mário de Andrade, Austregésilo de Athayde, Rachel de Queiroz (literatos), Carlos e Rodolfo Chamberand, Henrique Cavaleiro, Emiliano Di Cavalcanti, Oswaldo Teixeira, Aldo Bonadei, Ismael Nery, Anita Malfatti, Rodolpho Amoedo, Fernando Correa Dias (ilustradores).



criticam Vargas, pois ele teria adotado uma postura ditatorial que emancipou a revolução de seus ideais.

Imagem oposta sobre Getúlio Vargas e sobre o papel do líder de uma nação era a que expressava Francisco Campos, dez anos antes. Em uma conferência no salão da Escola de Belas-Artes, a 28 de setembro de 1935, Campos avaliava que

Indented text: Não há, a estas horas, país que não esteja à procura de um homem, isto é, de um homem carismático ou marcado pelo destino para dar às aspirações da massa uma expressão simbólica, imprimindo a unidade de uma vontade dura e poderosa ao caos da angústia e do medo de que se compõe o *páthos* ou a demonia das representações coletivas. Não há hoje um povo que não clame por um César (2001, p. 24).

Getúlio Vargas, no Brasil, representaria o anseio popular por liderança, a qual, como se vê no trecho a seguir (uma entrevista de abril de 1939), seria depositária de boas intenções – não de más, como Nasser havia escrito em novembro de 1945:

Indented text: Com sua providencial intuição do bem e da verdade, com seu maravilhoso senso de oportunidade – aquele senso por assim dizer cirúrgico, que o habilita a intervir no momento mais difícil e obscuro, quando as opiniões divergem e tateiam em torno da solução adequada, com seu admirável gênio político, a sua energia, a sua coragem diante do adversário declarado e, o que é mais precioso, do inimigo oculto, o Sr. Getúlio Vargas tem sido um estupendo condutor de homens, um espírito eminentemente revolucionário – assim entendido aquele que não receia a transformação quando verifica que a estagnação é a morte, e, ao mesmo tempo, um administrador esclarecido e progressista, para quem não há segredos nem incógnitas nas questões que interessam à Nação (2001, p. 108-109).

Para Francisco Campos, Getúlio não provocou uma intervenção abrupta na política brasileira, como sugere a matéria de Nasser e Manzon. Pelo contrário, no decorrer dos anos 1930 o presidente assumiu o papel de líder nacional pelo fato de encarnar os desejos da população, que necessitava – na visão de Campos – de um Estado autoritário. Os regimes liberais, conforme o autor, estavam se encaminhando naturalmente para um formato autoritário de governo, tendo em vista que o Estado liberal não teria a



capacidade de bem representar os anseios da sociedade, a qual, caracterizada essencialmente pela irracionalidade, seria facilmente ludibriada pelos interesses individualistas de pequenos grupos sociais, normalmente representados pelos partidos políticos. A existência de um líder carismático era necessária para se comunicar diretamente com as massas e para garantir a elas o atendimento de seus interesses. Assim discursa Francisco Campos em 1935:

O processo político será tanto mais eficaz quanto mais inteligível. Somente o apelo às forças irracionais ou às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em regime de Estado. O Estado não é mais do que a projeção simbólica da unidade da Nação, e essa unidade compõe-se, através dos tempos, não de elementos racionais ou voluntários, mas de uma cumulação de resíduos de natureza inteiramente irracional. (...) A integração política pelas forças irracionais é uma integração total, porque o absoluto é uma categoria arcaica do espírito humano. A política transforma-se dessa maneira em teologia. Não há formas relativas de integração política, e o homem pertence, alma e corpo, à Nação, ao Estado, ao partido. (...) O indivíduo não é uma personalidade espiritual, mas uma realidade grupal, partidária ou nacional (2001, p. 20).

Compreende-se que, para Campos, em uma sociedade irracional, despreparada para escolher seus líderes políticos, cabia ao Estado a tarefa de afastar os interesses individuais e de assegurar o bem-estar coletivo, fazendo uso de mecanismos autoritários e de um chefe de governo habilitado para tal fim. Vargas, então, preencheria os requisitos deste papel, razão pela qual teria concretizado os objetivos da Revolução de 1930 com o golpe de 1937, ao contrário do que a matéria de Nasser e Manzon sustentou em 1945. Em janeiro de 1938, afirmou Campos:

O 10 de novembro realizou, efetivamente, a Revolução de 30, porque respondeu, de modo positivo e definido, aos profundos anseios, às razões primeiras, aos graves motivos inspiradores que lhe deram a força, a grandeza e o triunfo, não como movimento partidário, mas como movimento nacional (2001, p. 72).

A defesa do Estado autoritário, do regime varguista e do poder pessoal do presidente, bem como a participação ativa no governo (como ministro e autor da Constituição de



1937) demonstra a intenção de Francisco Campos – e também dos demais intelectuais autoritários – de influir no cenário político brasileiro, visando uma recriação institucional. Descontentes com a fragmentação política e com o caráter regional da República Velha (1889-1930), muitos autores trataram de fazer um diagnóstico dos problemas daquele regime liberal e das soluções cabíveis para a realidade brasileira. Para Daniel Pécaut, os intelectuais

Tinham uma vocação dirigente porque conseguiam, melhor do que qualquer outra elite, captar e interpretar os sinais que demonstravam que já existia uma nação inscrita na realidade, mesmo que ainda desprovida de expressão cultural e política: do implícito, vangloriavam-se de produzir o explícito (1990, p. 38).

Ao produzirem críticas negativas ao liberalismo dos primeiros tempos da república e ao receitarem o autoritarismo como a melhor maneira de atingir o ideal coletivo e nacional, os intelectuais não apenas influenciaram o cotidiano político da década de 1930 e 40 como também foram bastante úteis para legitimar o Estado Novo. A ligação entre o regime varguista e os escritores, com benefícios mútuos, é evidente:

O Estado lhes reconhecia a vocação para se associarem, como elite dirigente, à afirmação da nação através de sua indispensável contribuição à cultura política nacional. O Estado e os intelectuais, compartilhando o desdém pela representatividade democrática e a nostalgia por uma administração do social que tomasse o lugar da política, foram levados a agir como sócios a serviço da identidade nacional. Se os intelectuais aderiram a uma ‘ideologia de Estado’, o Estado aderiu a uma ideologia da cultura, que era também a ideologia de um governo ‘intelectual’ (Pécaut, 1990, p. 73)⁸.

É considerando a relação entre os intelectuais e o Estado Novo, sendo o autoritarismo o elo de ligação entre eles, que se parte para análise do segundo eixo temático expresso pelas matérias de *O Cruzeiro* entre novembro e dezembro de 1945. Trata-se da

⁸ Com esta visão, Pécaut discorda de Sérgio Miceli, para quem “os intelectuais foram cooptados seja como funcionários em tempo parcial, seja para a prestação de serviços de consultoria e congêneres, seja para o desempenho de cargos de confiança do estado-maior do estamento, seja para assumirem a direção de órgãos governamentais, seja para preencherem os lugares que se abriam por força das novas carreiras que a extensão da ingerência estatal passou a exigir, seja, enfim, acoplando inúmeras dessas posições e auferindo rendimentos dobrados” (2001, p. 208).



democracia, algo aclamado após a queda de Vargas e interpretado de forma bastante peculiar por Francisco Campos, no livro *O Estado Nacional*.

A democracia

Um dos escritores do semanário de Assis Chateaubriand mais dedicados aos temas alusivos às relações internacionais, como a Segunda Guerra Mundial, e com claro apoio às forças democráticas naquele conflito e no mundo pós-guerra é Austregésilo de Athayde. Tanta adesão à democracia também se fez notar em artigos que trataram da trama política brasileira. Em novembro de 1945, poucos dias após a queda do Estado Novo, escreveu o autor:

Comemoramos, pela primeira vez em quinze anos, o aniversário da República, sem a mácula da Ditadura. Era um pesadelo atroz ver escoarem-se os lustros, os espaços da vida de uma grande geração, com o Brasil transformado num eito, privado das liberdades que constituem o grande sonho dos fundadores da pátria. (...) Tínhamos uma democracia de mais de um século que se abismou no despotismo e era bem compreensível que sua perda aleivosa doesse em todos os corações formados no apreço da liberdade (República, 17/11/1945, p. 5).

No artigo de Athayde, percebe-se a celebração da democracia, tratada como antítese da ditadura, e também a percepção histórica do autor, que enxerga no autoritarismo do Estado Novo uma interrupção na tradição democrática do país. Tal leitura se torna bastante clara com a continuação do artigo:

Gerações e gerações lutaram pela liberdade republicana, desde Tiradentes, sagrado no martírio imposto pelo absolutismo, até os seus apóstolos contemporâneos, como Rui Barbosa, a voz profética das amarguras que acabamos de sofrer. O que aconteceu foi a punição de erros imensos que não podem ser repetidos, pois que tanto importaria em voltar a nação ao desagregamento e à morte (República, 17/11/1945, p. 5).

Neste trecho, Athayde chega a associar o autoritarismo à desagregação do país, devido às perseguições e mortes por ele causadas. O pensamento autoritário de Francisco



Campos, entretanto, revela o oposto tanto na percepção histórica quanto nas virtudes do Estado autoritário.

Conforme já se salientou, para Campos a ditadura não se constitui numa interrupção do processo democrático, e sim, numa garantia dele. É o que se verifica na conferência no salão da Escola de Belas-Artes, em 1935:

A democracia, para salvar as aparências de racionalização do seu sistema político, recorre, como *ultima ratio* ou como recurso de defesa dos resíduos do liberalismo, a que ela sempre esteve tão intimamente associada, aos processos irracionais de integração política, transformando as decisões fundamentais, sobre cuja correção não admite controvérsias, em dogmas, em relação aos quais, como nas teologias políticas antiliberais, exige, pelo menos, as marcas exteriores do assentimento e da conformidade. Eliminando do seu sistema o princípio de liberdade de opção, com a amplitude em que o havia formulado o liberalismo, a democracia perde o seu caráter relativista e cético, traço secundário que ela devia à sua fortuita associação com a doutrina liberal, passando a ser um sistema monista de integração política, em que as decisões fundamentais são abertamente subtraídas ao processo dialético da discussão, da propaganda e da publicidade, para serem imputadas a um centro de vontade, de natureza tão irracional como os centros de decisão política dos regimes de ditadura (2001, p. 28).

Ineficiente por não representar os interesses coletivos da sociedade, o liberalismo seria substituído, então, por um regime ditatorial, o qual, conectado diretamente com a população, definiria as linhas de atuação de um Estado voltado para o bem comum. A garantia da democracia, portanto, estaria no autoritarismo:

No fim de algum tempo, adotada pela democracia a técnica do Estado totalitário, à qual ela foi forçada a recorrer (por mais contraditório que pareça) para salvar as suas aparências liberais a democracia acabará por assimilar o conteúdo espiritual do adversário, fundindo-se dessa maneira em um pólo único duas concepções do mundo, tão aparentemente inconciliáveis ou antiéticos. Aliás, a crise do liberalismo no seio da democracia é que suscitou os regimes totalitários e não estas aquela crise (2001, p. 29-30).

Diferente de Austregésilo de Athayde, a percepção histórica de Francisco Campos enxerga no Estado Novo a continuidade e o aprofundamento da unidade nacional. Em



entrevista à imprensa em novembro de 1937, o Ministro da Justiça de Vargas considerou que

O novo Estado brasileiro resultou de um imperativo de salvação nacional. Como acentuou o chefe do governo, no manifesto de 10 de novembro, quando as exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam imperiosamente a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, incube ao homem do Estado o dever de tomar uma decisão excepcional, de profundos efeitos na vida do País, acima das deliberações ordinárias da atividade governamental, assumindo as responsabilidades inerentes à alta função que lhe foi delegada pela confiança pública (2001, p. 39).

O Estado autoritário representaria a possibilidade de integração nacional, como se percebe na continuação do argumento de Campos:

Mas o sistema [liberal] não era apenas antiquado e inútil. Ele se tornara um instrumento de divisão do País, que os antagonismos da superfície, assim gerados, traziam um sobressalto constante, perturbado o seu regime de trabalho. Envenenado por uma lei eleitoral propícia à fragmentação e proliferação de partidos destituídos de substância, o País perdia, sem remédio, a confiança em instituições a tal ponto inadequado ao seu temperamento e às suas tradições (2001, p. 43).

Do mesmo modo que os demais intelectuais autoritários, como Oliveira Viana, Azevedo Amaral e Almir de Andrade, Francisco Campos percebia uma tradição autoritária na história política brasileira. Algo que a doutrina liberal dos tempos da primeira república havia deixado para trás e que a Era Vargas – especialmente entre 1937 e 1945 – teria recuperado. Era esta a realidade brasileira na visão dos autores citados. A esse respeito, escreve Daniel Pécaut que “o ‘realismo’ triunfava no domínio político. Para todos os intelectuais havia uma única palavra de ordem: dar um fim ao hiato que a República criara entre o ‘país político’ e o ‘país real’ e, assim propor instituições que correspondessem à ‘realidade nacional’” (Pécaut, 1990, p. 42).

Francisco Campos, conforme já se salientou, atribuía ao irracionalismo da sociedade o despreparo para a convivência com os mecanismos liberais. Submetido às artimanhas



individualistas, propagandísticas e publicitárias de partidos políticos, o eleitorado brasileiro legitimaria uma república de oligarquias, entre 1889 e 1930. Ao “país político”, organizado conforme os ditames de uma constituição liberal-democrática, contrapunha-se o “país real”, fragmentado e irracional, propício para uma orientação estatal autoritária.

A revista *O Cruzeiro*, por sua vez, voltava a publicar em suas páginas a celebração do liberalismo e a condenação da ditadura, em dezembro de 1945. Em ampla cobertura do processo de sucessão presidencial que ocorria naquele mês, envolvendo as candidaturas do general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), do brigadeiro Eduardo Gomes, da União Democrática Nacional (UDN), e de Yedo Fúza, do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – para citar os principais –, o periódico se posicionou abertamente favorável ao brigadeiro. Naquele momento, enquanto os defensores de um projeto nacionalista de desenvolvimento econômico se aglutinaram em torno do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) – que apoiou o general Dutra na eleição –, coube à UDN reunir os partidários da visão liberal de desenvolvimento. A diferença entre nacionalistas e liberais, no período 1945-1964, foi assim definida por Amado Cervo:

Dividiram-se dirigentes e intelectuais brasileiros, como também as correntes de opinião pública, em torno do modelo de desenvolvimento a implementar. O desenvolvimento associado às forças externas do capitalismo, de estreitos vínculos políticos, geopolíticos e econômicos com a matriz do sistema, os Estados Unidos (...). O desenvolvimento autônomo, tocado essencialmente por forças da nação, criador de autonomia política e de forte núcleo econômico (...). Essas duas estratégias, na verdade, não abriram guerra entre si, como ocorreu na Argentina, ao contrário, proveram pelo diálogo e pela interpenetração, um modelo misto de desenvolvimento, fechado e aberto em doses equilibradas. Racional e de fôlego no tempo longo (2003, p. 13).

O apoio da revista ao candidato da UDN ganhou contornos de apologia à democracia liberal e de repúdio à ditadura. Em uma nota introdutória à matéria intitulada “Na Boca da Urna”, resultado de 24 horas de acompanhamento da campanha do “futuro presidente”, Eduardo Gomes, David Nasser escreveu:



Esta homenagem [a reportagem] se estende a todos os operários que morreram nos cárceres da Ditadura, aos que sobreviveram às mais bárbaras torturas imaginadas por cérebros humanos e executados por sádicos e desumanos carrascos pagos pela Ditadura – e, depois de sobreviverem, tiveram a coragem de não esquecer, fugindo a transigir com o governo herdeiro das tradições defuntas do nazismo. – “O povo crê mais na palavra que ouve do que na fome que sente!” Agora não será assim. Dentro de três dias, todas as angustiosas necessidades do Brasil falarão alto, porque falarão, inapelavelmente, na boca de urna (1/12/1945, p. 9).

O argumento de David Nasser oferece críticas hostis à ditadura e identifica no regime varguista uma desconexão com os interesses populares, cujas reivindicações seriam melhor atendidas pela prática do voto. Percebe-se aqui, mais uma vez, as visões completamente opostas de democracia externadas pelos jornalistas da revista e por Francisco Campos: para os que escreviam no periódico, ela seria garantida pelo sufrágio universal; para o intelectual, através do Estado autoritário. É o que fica bastante claro em entrevista concedida por Campos em janeiro de 1938:

Um exame atento da nova ordem jurídica demonstrará (...) que o sentido democrático, sempre dominante em nossa história, não foi simplesmente preservado, mas encontrou agora expressão mais perfeita. A Constituição de 10 de novembro realizará melhor os ideais democráticos que as suas predecessoras. (...) O Estado liberal não conseguiu instaurar um verdadeiro regime democrático, pois serviu apenas a que uma classe, um partido, um reduzido grupo de indivíduos explorasse as vantagens do poder, em prejuízo da coletividade. O sufrágio universal, a representação direta, o voto secreto e proporcional, a duração rápida do mandato presidencial foram meios impróprios, senão funestos aos ideais democráticos. (...) A afirmação de que o Estado é produzido pela vontade popular não implica a conclusão de que o sufrágio universal seja um sistema necessário de escolha, nem de que o Presidente da República deva exercer o seu cargo por um curto espaço de tempo, não podendo ser reeleito (2001, p. 75).

Para o ministro, o Estado Novo

Não abandonou (...) nem podia fazê-lo, o sufrágio universal. Reservou-lhe o papel próprio ou a função mais adequada à sua natureza. Ao sufrágio universal são submetidas apenas as questões que são da sua competência própria,



questões essencialmente políticas, eminentemente políticas, colocadas em termos simples e gerais, suscetíveis de interessar realmente o povo e para cuja decisão não se exija da massa eleitoral senão a vista panorâmica da vida política (2001, p. 52).

Na concepção de democracia de Francisco Campos, portanto, cabe ao Estado a tarefa de tomar as decisões de conteúdo técnico relativas às diferentes áreas do governo, enquanto que ao povo recaem decisões eminentemente políticas, para as quais o sufrágio universal seria uma boa forma de averiguação. Assim o intelectual explica as funções técnicas do Estado:

... mudaram as funções do governo: de negativas [intervir o menos possível] passaram a positivas. A legislação perdeu o seu caráter exclusivamente político, quando se cingia apenas às questões gerais ou de princípios, para assumir um caráter eminentemente técnico (2001, p. 54).

A matéria de David Nasser também reproduz o argumento de um eleitor do brigadeiro Eduardo Gomes, onde novamente se percebe a expressão da imagem do Estado Novo como sendo um governo que não representou os anseios da população:

... quando um homem do povo for deixar cair o seu voto, ele deverá lembrar-se antes do que está querendo. Ele poderá estar querendo liberdade, direitos democráticos, imprensa livre, vida arejada. Ele poderá estar votando: mortalidade infantil, filas do leite, miséria intensa, falta de transporte, imprensa oito anos amordaçada, proibição de livre pensamento, a mais feroz e inconcebível de todas as formas de Ditadura (1/12/1945, p. 12, 14).

Se para a revista a ditadura era nefasta por retirar do povo os instrumentos – voto, imprensa livre – de representação democrática de seus interesses, para Francisco Campos não apenas era reservada outra função ao sufrágio – temas políticos, como já se expôs – como também era atribuído diferente papel à imprensa: fins públicos, ao invés de privados. É o que se observa em entrevista concedida pelo Ministro da Justiça em novembro de 1937:



... a Imprensa é uma empresa privada, dirigida, como a indústria, no interesse de capital. A publicidade governa a Imprensa, como o rendimento governa a indústria. O instrumento de governo da Imprensa é, porém, a opinião pública, a mesma fonte dos poderes políticos em regime democrático. O instrumento mais poderoso de governo não pode ficar à mercê do interesse privado. Se a Imprensa dispõe da técnica e do poder de formar a opinião pública, não poderá empregar a técnica e exercer o poder senão no interesse público e para fins públicos. O controle da Imprensa, estabelecido na Constituição, não é, portanto, um instrumento autocrático, mas uma exigência decorrente da própria natureza do seu poder e da sua função. Poder público implica função pública, interesse público, responsabilidade pública (2001, p. 68-69).

Austregésilo de Athayde também revelou seu apoio à candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes. Na véspera da eleição, *O Cruzeiro* chegou às bancas com um artigo de Athayde, intitulado “Votai no Melhor”, reforçando a crença de que a democracia liberal – bandeira partidária da UDN e de todos os candidatos naquela conjuntura – representaria o real interesse público, além de estar de acordo com a tradição brasileira:

O brigadeiro reporá os valores brasileiros, sobretudo os do espírito, no plano de que foram apeados pela ditadura. Consagrará as liberdades do povo, assegurando por uma administração rigorosamente pautada pelo interesse público, o bem-estar coletivo, com a justiça social e o reconhecimento do direito de todos. Renovará a atmosfera política desta nação, depois de quinze anos de vitupério. (...) O brigadeiro abrirá um período construtivo para a democracia, trazendo à tona novos homens que não se contaminaram no Estado Novo ou cedo desconhecaram o erro de acompanhá-lo (1/12/1945, p. 5).

Parece claro que, entre novembro e dezembro de 1945, período focado neste estudo, a revista veiculou matérias que expressaram as concepções políticas de uma nova conjuntura no país. Recém saído de uma ditadura, em 1945, o Brasil era palco de diversas ações e idéias que afirmavam os valores democráticos e liberais. O pluripartidarismo estava de volta, uma nova constituição substituiria a peça jurídica do Estado Novo, eleições diretas para presidência da república estavam ocorrendo e as leis de censura à imprensa já vinham sendo revogadas. No plano internacional, não é demais lembrar que o desfecho favorável aos aliados na Segunda Guerra colaborou para a difusão dos conceitos liberais, uma vez que a campanha anti-Eixo, no mundo ocidental, assumiu ares de combate entre as democracias e as ditaduras, ou entre a liberdade e a



opressão. O ambiente favorável a uma ditadura no Brasil havia chegado ao fim. Inúmeras manifestações de repúdio ao autoritarismo e de celebração à democracia e ao liberalismo, então, brotaram nas páginas de *O Cruzeiro*.

Francisco Campos, por sua vez, foi um intelectual inserido em outro contexto. Entre os anos 1920 e 30, o conceito de liberalismo entrou em crise, tanto pela depressão econômica que o livre-comércio não conseguiu resolver, quanto pela impopularidade política que regimes liberais e democráticos não puderam reverter. A resposta econômica e política oferecida pelos Estados autoritários na Europa, como o fascismo e o nazismo, ampliou o número de opções que o mundo ocidental e capitalista teria para enfrentar as diabruras político-econômicas e suas repercussões sociais naquele momento. O pensamento político brasileiro passou a diagnosticar os problemas da primeira república – notadamente liberal – e a receitar uma forma de Estado autoritário para dar conta da realidade nacional. Conforme Bolivar Lamounier, “... a transformação do pensamento político no período considerado deve ser entendida basicamente como a formação de um sistema ideológico orientado no sentido de conceituar e legitimar a autoridade do Estado como princípio tutelar da sociedade” (2006, p. 384). O Estado como promotor da nacionalidade e do bem-comum pareceu ser – na ótica dos intelectuais autoritários – a resposta política adequada à realidade brasileira. Surgiu um modelo de ideologia de Estado autoritário, assim esclarecido por Lamounier: “o modelo de ideologia de Estado (...) pretende apreender a inflexão do pensamento brasileiro no início deste século como uma resposta bastante específica aos problemas da organização do poder no país” (2006, p. 386)⁹.

O que as matérias de *O Cruzeiro* e o conjunto de palestras, conferências e entrevistas de Francisco Campos aparentam demonstrar, em última análise, são diferentes concepções de Estado que fazem parte do pensamento político brasileiro e que tiveram maior expressão em distintas conjunturas. Tanto as matérias do periódico, em 1945, quanto a obra de Francisco Campos, nos anos 1930, colaboraram para que, naqueles contextos, um regime liberal e um autoritário, respectivamente, fossem implantados no Brasil. O atendimento dos anseios da população, a vocação para o bem-estar social, a predominância do interesse público sobre o privado, a importância de um líder na condução do Estado são virtudes reivindicadas pelo pensamento liberal – expressados

⁹ Ideologia de Estado é assim caracterizado pelo autor: “1. Predomínio do princípio ‘estatal’ sobre o princípio de ‘mercado’. 2. Visão orgânico-corporativa da sociedade. 3. Objetivismo tecnocrático. 4. Visão autoritária do conflito social. 5. Não-organização da ‘sociedade civil’. 6. Não-mobilização política. 7. Elitismo e voluntarismo como visão de processos de mudança política. 8. O Leviatã benevolente” (LAMOUNIER, 2006, p. 386).



na revista – e também pelo pensamento autoritário – manifestados nos textos de Francisco Campos. Para ambos, a democracia seria atingida e o chefe político teria papel importante para tal fim (embora a figura do líder fosse muito mais valorizada na visão autoritária).

Com 55% dos votos, o general Dutra sairia vitorioso do pleito de dois de dezembro de 1945. Eleito pelo PSD, que reunia boa parte da alta burocracia do finado Estado Novo, seu governo marcaria o início da redemocratização da política brasileira. Era o começo de uma conjuntura em que democracia e liberalismo voltavam a andar juntos nas diretrizes do Estado. Dezenove anos depois, porém, o viés autoritário estaria de volta.

Referências Bibliográficas:

ATHAYDE, Austregésilo de. República. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.4, 17/11/1945, p. 5.

ATHAYDE, Austregésilo de. Votai no Melhor. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.6, 1/12/1945, p. 5.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**: sua estrutura, seu conteúdo ideológico. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2001.

CERVO, Amado Luiz. Política Exterior e Relações Internacionais do Brasil: enfoque paradigmático. **Revista Brasileira de Política Internacional**. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 46, p. 5-25, 2003.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República. Uma interpretação. In: FAUSTO, Boris (Org). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano. Volume 9. Sociedade e Instituições (1889-1930). São Paulo: Bertrand Brasil, 2006.

MANZON, Jean, FREDDY. A Queda de Vargas. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.3, 10/11/1945, p. 9-17.

MEYRER, Marlise Regina. **Representações do Desenvolvimento nas Fotorreportagens da Revista O CRUZEIRO (1955-1957)**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS, 2007.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à Brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.



NASSER, David, MANZON, Jean. Na Boca da Urna. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.6, 1/12/1945, p. 9-14.

NASSER, David, MANZON, Jean. Uma Cartola e Seis Destinos. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.10, 29/12/1945, p. 9-14, 18.

NASSER, David. O Erro de Prestes. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.4, 17/11/1945, p. 38.

NASSER, David. O Fim. **O Cruzeiro**. Ano XVIII, N.3, 10/11/1945, p. 34-35.

NETTO, Accioly. **Império de Papel**: os bastidores de *O Cruzeiro*. Porto Alegre: Sulina, 1998.

PÉCAUT, Daniel. **Os Intelectuais e a Política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.